



MPF
FLS. _____
2ª CCR

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

VOTO Nº 6343/2017

PROCEDIMENTO MPF Nº 1.36.001.000211/2017-81

ORIGEM: PRM – ARAGUAÍNA/TO

PROCURADORA OFICIANTE: JULIA ROSSI DE CARVALHO SPONCHIATO

RELATORA: MARIA HELENA DE CARVALHO NOGUEIRA DE PAULA

NOTÍCIA DE FATO. POSSÍVEL PRÁTICA DO CRIME DE TENTATIVA DE ESTUPRO E AMEAÇA OCORRIDO CONTRA INDÍGENA. REVISÃO DE DECLÍNIO (ENUNCIADO Nº 32). COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. NÃO HOMOLOGAÇÃO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF PARA PROSSEGUIR NA INVESTIGAÇÃO.

1. Notícia de Fato instaurada a partir de representação realizada na Sala de Atendimento ao Cidadão para apurar a possível prática do crime de estupro na modalidade tentada e ameaça. Segundo a noticiante indígena, durante festa ocorrida da Aldeia Kyipê Kri, "homem branco" teria tentado manter relação sexual mediante violência e, após a sua recusa, teria sacado arma e ameaçado matá-la. Informou também que, o autor do fato teria declarado que retornaria à Aldeia e mataria quem ficasse entre ele e a noticiante.

2. A Procuradora da República oficiante promoveu o declínio de atribuições, por entender que não há elementos que justifiquem a competência da Justiça Federal, aduzindo que conforme a jurisprudência majoritária, quando não houver vinculação a disputas sobre direitos indígenas e/ou afetação a direito coletivo indígena, a competência para julgar crimes praticados por e contra indígenas seria da Justiça Estadual.

3. A orientação da Súmula nº 140 do Superior Tribunal de Justiça não deve ser aplicada de forma indistinta a todos os casos. É necessária a análise de cada caso concreto com suas especificidades, para assim delimitar a atribuição para a persecução penal.

4. No caso dos autos, verifica-se que os supostos delitos teriam sido praticado contra índia, em festa que ocorreu no interior da Aldeia indígena Kyipê Kri, bem como o teor da ameaça proferida contra a representante teria se estendido aos demais indígenas, uma vez que o autor alegou que retornaria para a aldeia e mataria quem interferisse nos seus propósitos. Portanto, há evidente reflexo na vida social da Aldeia Indígena.

6. Da interpretação conjugada dos artigos 109, XI e 231 da Constituição é possível concluir ser da competência da União processar e julgar não apenas as situações já consolidadas pela Jurisprudência (direitos ou interesses coletivos de comunidade indígena), como também outros crimes que violem a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições indígenas, também sob a ótica do indígena individualmente considerado.

7. Não homologação do declínio e designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na investigação.

Notícia de Fato instaurada a partir de representação realizada na Sala de Atendimento ao Cidadão para apurar a possível prática do crime de estupro na

modalidade tentada e ameaça. Segundo a indígena XANXUCAR LUCIANA KRAHÔ, durante uma festa ocorrida da Aldeia Kyipê Kri, "homem branco" chamado JOSÉ RIBEIRO teria tentado manter relação sexual mediante violência e, após a sua recusa, teria sacado arma e ameaçado matá-la. Informou também que, JOSÉ RIBEIRO teria declarado que retornaria à Aldeia e mataria quem ficasse entre ele e a noticiante.

A Procuradora da República oficiante promoveu o declínio de atribuições, por entender que não há elementos que justifiquem a competência da Justiça Federal, aduzindo que conforme a jurisprudência majoritária, quando não houver vinculação a disputas sobre direitos indígenas e/ou afetação a direito coletivo indígena, a competência para julgar crimes praticados por e contra indígenas seria da Justiça Estadual (Fls. 10/12).

Os autos foram remetidos a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão para o exercício de sua função revisional, conforme estabelece o Enunciado nº 32.

É o relatório.

Com a devida vênia ao Procurador da República oficiante, entendo que o declínio é inadequado.

De início, observo que a orientação da Súmula nº 140 do Superior Tribunal de Justiça não deve ser aplicada de forma indistinta a todos os casos. É necessária a análise de cada caso concreto com suas especificidades, para assim delimitar a atribuição para a persecução penal.

A regra do artigo 231 da Constituição Federal estabelece que “*são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens*”.

Da interpretação conjugada dos artigos 109, XI e 231 da Constituição é possível concluir ser da competência da União processar e julgar não apenas as situações já consolidadas pela Jurisprudência (direitos ou interesses coletivos de comunidade indígena), como também outros crimes que violem a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições indígenas, também sob a ótica do indígena individualmente considerado.

No caso dos autos, verifica-se que os supostos delitos teriam sido praticado contra índia, em festa que ocorreu no interior da Aldeia indígena Kyipê Kri, bem como o teor da ameaça proferida contra XANXUCAR LUCIANA KRAHÔ teria se estendido aos demais indígenas, uma vez que o autor alegou que retornaria para a aldeia e mataria quem interferisse nos seus propósitos. Portanto, há evidente reflexo na vida social da Aldeia Indígena.

Entendo que as circunstâncias expostas não justificam a aplicação indistinta da orientação da Súmula nº 140 do Superior Tribunal de Justiça.

Com essas considerações, voto pela não homologação do declínio de atribuições e pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na investigação.

Remetam-se os autos ao Procurador-chefe da Procuradoria da República em Tocantins, para cumprimento, cientificando-se a Procuradora da República oficiante, com nossas homenagens.

Brasília/DF, 08 de agosto de 2017.

Maria Helena de Carvalho Nogueira de Paula
Procuradora Regional da República
Suplente – 2ª CCR/MPF

/C.